

O MAPEAMENTO DO 'DNA' LITERÁRIO BRASILEIRO E A 'OUTRA INDEPENDÊNCIA' .

Tania Rebelo Costa Serra
Universidade de Brasília

A Independência foi proclamada em 1822 e reconhecida 3 anos depois. Mais tarde a experiência mostrou que tudo não estava feito; cousas há que não se pode prever. (Domingos Gonçalves de Magalhães, 1836).

Com a proclamação da Independência, que uma nova época de glória, esplendor e prosperidade marcou nos anais do mais heróico povo do Novo Mundo, vasto campo se abriu à pátria literatura. Com a luz que derrama o farol de nossa liberdade lá se esvaecem as trevas da torva ignorância; difundem-se por todos os ângulos do nascente império as ciências, as artes e as letras; e em tempos de tanto entusiasmo, - passados tempos, que não mais veremos! - a poesia se elevou para celebrar os feitos gloriosos dos defensores da pátria e cantar a independência da nação, proclamada nos saudáveis campos do Ipiranga por um príncipe magnânimo, que trocara o sólio dos Afonsos pelo trono americano. (Joaquim Norberto de Sousa e Silva, 1841)

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. As tradições de Gonçalves Dias, Porto Alegre e Magalhães são assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda agora madruga, como aqueles continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Escusado é dizer a vantagem deste universal acordo. Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem Campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo. (Machado de Assis, 1873; grifos meus)

Em abril do ano 2000 completou o Brasil os 500 anos de sua descoberta. Somos, portanto, um país jovem. Com apenas 178 anos de Independência política, também ainda se pode dizer que, como nação, estamos na adolescência. No entanto, o que já não se discute mais, neste primeiro ano do terceiro milênio, como foi o caso durante as primeiras décadas após a Independência, é a questão de possuímos ou não uma identidade cultural, ou que esta foi forjada durante o nosso Romantismo. Assim, os textos não-ficcionais formadores dessa escola seriam como partes de um grande mapa: o da nossa História Literária. Examiná-los - embora apenas em parte - é uma das metas deste estudo.

Como membro que sou do Grupo de Trabalho em História da Literatura no âmbito da ANPOLL, parece-me que estamos neste momento em um palco privilegiado para propor um "balanço", requerido pela data, e participar do flash back histórico-

ideológico-literário relativo ao tema da identidade cultural brasileira, que é outro dos objetivos deste trabalho. Esse balanço teria como objetivo, a partir do que já foi levantado e avaliado no nosso passado, verificar o que ficou definido como identidade e, a partir disto, discutir propostas para um plano de trabalho pertinente ao assunto, com um projeto - quem sabe, otimista - de rumos e metas para o futuro.

Qual seria - grosso modo - o principal interesse do passado para o historiador? Basicamente a definição de um corpus histórico e a interpretação da tradição. O mapeamento na História de "padrões de comportamento", sobretudo os erros, poderiam servir, assim, como ponto de partida para um planejamento do presente. No entanto, numa nação adolescente, como a nossa, o trabalho do historiador fica sobremaneira dificultado, em decorrência do preconceito de que o que é antigo é velho, e pela falta de respeito para com a tradição, ainda não totalmente compreendida como princípio positivo da cultura que é, e não negativo. É a tradição, compreende-se agora, a responsável pelo sentimento de perpetuidade numa cultura qualquer. Um pouco o que o Brás Cubas machadiano não quis legar em progênie, mas que volta dos mortos para fazê-lo em literatura. Assim, é em seu aspecto positivo que será compreendida a tradição neste trabalho.

Qual seria, por outro lado, o principal interesse do passado para o historiador da literatura? De um modo geral, além do mapeamento acima mencionado, também, e sobretudo, o levantamento do que se pudesse evidenciar em acertos estéticos, como, por exemplo, aquele que nos lembra a frase lapidar de Machado de Assis, em 1873, no "Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade" - que tomo a liberdade de aqui considerar como o "manifesto" do fim do Romantismo -: "o sublime é simples" (p. 807).

Esses acertos, como uma espécie de cânone, ou paradigma, serviriam de mapa de partida para algum planejamento do futuro, tarefa otimista à qual talvez já pudéssemos nos dedicar desde agora. Assim, o texto-manifesto de Machado será aqui abordado como uma daquelas peças-chave do grande mapa ao qual me referi no começo. Como num espelho, ele responde e dá acabamento aos trabalhos românticos que constituem o resto dessa "carta histórico-literária". Alguns deles serão examinados neste trabalho, como se verá a seguir.

É importante, portanto, voltar a estudar o papel que teve a intelligentsia brasileira dos meados do século XIX, tópico por mim já abordado em trabalhos[1] anteriores, a fim de recuperarmos alguns daqueles acertos. Com este objetivo em mente, neste trabalho estudar-se-á, em contrapeso ao texto-manifesto de Machado, a contribuição de três «ideólogos» românticos, a saber: Domingos José Gonçalves de Magalhães, José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo, já que eles teriam apresentado um projeto nacionalista de auto-criação cultural, além de terem elaborado e executado um plano de trabalho ambicioso: o estabelecimento de uma identidade cultural brasileira, plano esse que foi implementado entre 1836 e 1870.

Dessa maneira, o estudo e a análise daquele projeto, iniciado por Gonçalves de Magalhães, em 1836, poderiam vir a mostrar que trabalhos como o seu poderiam tornar-se paradigma para um planejamento futuro semelhante. Isto implicaria o estabelecimento de um kósmos dentro do kháos reinante, o que, naturalmente, legitimaria certo otimismo com relação à concretização de metas exequíveis para o terceiro milênio.

A partir de uma reflexão sobre periodização literária, podemos observar, como num mito do eterno retorno, que a literatura ocidental manifesta-se em grandes ciclos

estéticos, que se repetem alternadamente. Um último objetivo desta exposição seria fazer uma proposta que fizesse parte das agendas acadêmicas neste começo de milênio, ou seja, fazer com que o conhecimento desses ciclos, sua previsibilidade e seu aproveitamento para o planejamento anteriormente mencionado, pudesse vir a se constituir em tarefa - sem dúvida francamente otimista - para a Universidade brasileira. Para isto, aproveitar-se-ia o exemplo lapidar de Machado de Assis no «Notícia».

Neste trabalho estudar-se-á o Romantismo brasileiro. Este é aqui compreendido conforme a definição de René Welleck: "the major romantic movements form a unity of theories, philosophies, and style, and (...) these, in turn, form a coherent group of ideas each of which implicates the other" (apud Peter Simosen, p. 223). Assim será ele aqui estudado: como uma escola datada historicamente no século XIX. Paralelamente, este estudo apresenta o movimento romântico como fulcro da discussão sobre a questão da identidade cultural brasileira e, ao mesmo tempo, a própria origem dessa identidade.

Por outro lado, o período histórico-literário que delimitará esse movimento fica definido como aquele oficialmente circunscrito entre os anos de 1836 - publicação do "Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil", de Gonçalves de Magalhães -, e 1880 - publicação do Suplemento ao Ano Biográfico Brasileiro, de Macedo, e, em folhetins, das Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis.

Por fim, como uma espécie de corolário à periodização proposta, ficaria evidente que os sete anos que vão de 1873, data da publicação do "Instinto de Nacionalidade", de Machado de Assis, até 1880 representam, na verdade, um período de estertores do Romantismo brasileiro. Assim, os "manifestos" de Magalhães e de Machado seriam, respectivamente, início oficial e fim extra-oficial daquela escola entre nós.

Mutatis mutandis, poder-se-ia dizer que mapeamento semelhante ao da intelligentsia romântica brasileira foi o que executou Ernst Curtius em Literatura Européia e Idade Média Latina. Neste o filólogo alemão "revela" a um mundo bouleversé a existência de uma tradição latina numa Europa então devastada pela brutalidade e selvageria da II GM. Espécie de "resgate" do humanismo em meio à bestialização da guerra, o magistral trabalho de Curtius consegue fazer reerguer-se a esperança na civilização, mostrando o poder amalgamador da herança cultural e da tradição entre diferentes grupos da espécie humana.

Em verdade, e aqui se faz necessária uma metáfora moderna, a fim de melhor compreender o fenômeno, Curtius mapeia um "DNA[2] literário" na Europa pós-latina, evidenciando a força de tradições existentes por mais de 2000 anos! Ele mostra, assim, a identidade cultural profunda da antiga Europa greco-romana; mostra - para usar o conceito de Jung, citado no estudo - que há um inconsciente coletivo europeu, aglomerador e psicologicamente tranquilizador; mostra, por fim, que há, nos países que formavam o antigo Império Romano, uma identidade pan-nacional que possibilitaria a existência da unidade na diversidade. Uma mensagem sem dúvida otimista, ainda hoje, mais de cinquenta anos após sua publicação.

Assim como Curtius "garimpou" uma Europa (da Inglaterra à Alemanha, passando pelos países mediterrâneos) integrada por sua tradição, o "DNA brasileiro" - que por sua vez faz parte dessa herança, trazida pelos lusos -, também seria garimpado durante nosso Romantismo, sobretudo por Gonçalves de Magalhães, José de Alencar e, last, but not least, Joaquim Manuel de Macedo.

Embora envolvidos numa "lusofobia" compreensível logo após a Independência de Portugal, um dos trabalhos mais prementes da intelligentsia, sobretudo dos três autores escolhidos para representar os intelectuais do período, foi, justamente, o de mostrar que tínhamos, sim, uma tradição cultural, e que esta não era exclusivamente portuguesa, malgrado a língua comum. Procurava-se, naturalmente, a especificidade, a "brasilidade" da cultura necessária para a afirmação daquela identidade autônoma. Esta procura envolveu um ato político, o que estava perfeitamente de acordo com a ideologia vigente, como se verá a seguir.

Otto Maria Carpeaux, analisando as primeiras manifestações românticas, afirma que

é literatura política, mesmo e justamente quando pretende ser apolítica. Aplicar-se-ia a todos (os escritores) o apelido depreciativo que Napoleão deu aos filósofos: 'ce sont des idéologues'. Responderam, criando uma literatura 'ideológica', que se situou conscientemente fora da realidade social: ou evadindo-se dela, ou então atacando-a. Eis o 'Romantismo' (p. 1107).

Embora compartilhando da leitura político-ideológica sobre essa escola - aliás, hoje em dia aceita em todo o mundo acadêmico que tem o bom senso de discordar da tese niilista sobre a existência do Romantismo -, o francês Michael Löwy, em *Romantismo e Política*, apresenta uma outra característica desse movimento "global", que seria, talvez, tão importante quanto a primeira para sua compreensão no Brasil, a saber, a de coincidentia oppositorum nele embutido:

o que é Romantismo? Enigma indecifrável, (...) o fato romântico parece desafiar a análise científica, (...) sobretudo por seu caráter fabulosamente contraditório, sua natureza de coincidentia oppositorum: a um só tempo revolucionário e contra-revolucionário, cosmopolita e nacionalista, realista e fantástico, restitucionista e utopista, democrático e aristocrático, republicano e monarquista, vermelho e branco, místico e sensual (p. 11).

Em última análise, foi justamente esse o aspecto responsável pela má digestão crítica da escola, rotulada de "alienada" por décadas a fio. A crítica realista nacional e internacional desconsiderou deliberadamente o caráter "anti-capitalista" da escola, para usar ainda um termo de Löwy, e insistiu apenas no ataque à evasão, sem, tampouco, interpretá-la como uma reação ao cinza burguês. Por outro lado, Löwy também compreendeu (dando-lhe o destaque que merece) que a principal função da estética romântica foi a de "fazer o 'reencantamento' do mundo pela imaginação" (p. 21).

No entanto, se, como disse Victor Hugo, de um ponto de vista ideológico "o Romantismo é o Liberalismo em arte", esta escola entre nós teve o mérito de introduzir num país periférico o aspecto político-ideológico na literatura. Esse papel introdutório, i. e., forjar uma história da literatura brasileira e, ao mesmo tempo, estabelecer uma tradição cultural - ambas tanto tributárias da européia, quanto trazendo aportes absolutamente inéditos -, foram conceptualmente definidos por Domingos Gonçalves de Magalhães no "Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil", o que consistiu em um ato essencialmente político e deliberadamente ideológico.

Como num espelho, esse período de forjamento - ou melhor, de delimitação dos «acidentes geográfico-literários» seria "pré-oficialmente" encerrado por outro ensaio: o

"Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade", de Machado de Assis, de 1873, conforme já mencionei antes. Nele, o autor menciona a "recente escola" (p. 808) e fala já com bastante distanciamento da matriz da qual ele mesmo, em outro texto, declara haver "(mamado) da teta gótica e oriental". Deste ponto de vista, seria possível dizer que o Romantismo brasileiro estaria delimitado por esses dois "manifestos" ideológicos, que lhe dão início e fim.

A seguir, veremos qual a contribuição individual de cada um dos três autores escolhidos com relação aos «acidentes geográficos» formadores do grande mapa-Brasil/literário. Em trabalho intitulado "Utopia e Hegemonia no Indianismo" (Cerrados, p. 115), digo que

de um ponto de vista sincrônico, é em 1836 (...) que são lançadas as premissas para uma literatura nacional. (...) Nesse ensaio, Gonçalves de Magalhães retoma a questão do índio nos moldes em que a vimos no pensamento de Von Martius. Pode-se falar de uma cultura e, portanto, de uma literatura brasileiras, se levarmos nossa História para antes da chegada dos portugueses. Fica, assim, imediatamente inferido que há/houve uma cultura indígena na base da brasileira, e que os portugueses lhe acrescentaram a sua, formando a jovem Nação. Do mesmo golpe, fica-nos assegurada uma Idade Média heróica, em que Alencar vai buscar, anos depois, seus heróis.

(...) Por outro lado, a partir do momento em que a intelligentsia nacional aceita a noção de uma "Idade Média brasileira", apresentada sub-repticiamente no texto de Gonçalves de Magalhães, o comportamento do índio passa a ser naturalmente identificado ao do herói medieval. (...) Assim não há mais uma utopia do eldorado diferenciada da do grande império do Brasil, que admite ser herdeiro também da cultura portuguesa. A mistura dos sangues geraria uma raça superior e abriria o caminho para que a jovem Nação pudesse tornar-se um 'V Império', nova utopia gerada após a Independência, e não de todo desaparecida em nossos dias. É, portanto, o ponto de vista ideológico que vai estabelecer a diferença entre o paradigma literário importado e a criação autóctone (p. 115-117).

Portanto, de uma certa maneira, Magalhães e seus colegas da Niterói seriam, para usar as palavras da professora Maria Orlanda Pinassi, "responsáveis pela identidade nacional" (apud Maria Eunice Moreira, in "Um Devoto do Brasil", p. 1), já que o visconde e diplomata deu à nação as ferramentas que possibilitariam à intelligentsia elaborar as premissas ideológicas que embasaram a construção do projeto nacionalista de criação de uma cultura e de uma literatura brasileiras. Assim, ele permite à primeira geração romântica alicerçar o vácuo cultural evidenciado em 1822.

Já as gerações românticas subseqüentes, de Alencar e de Macedo, vão reelaborar esse projeto e preencher com obras e prefácios o arcabouço teórico deixado meio vazio por Magalhães. Este, embora só morra no mesmo ano em que Macedo, 1882, não tivera fôlego literário para contribuir com obras relevantes para o projeto que havia proposto na década de (18)30.

Um dos autores escolhidos neste trabalho para exemplificar o trabalho de mapeamento de nosso DNA, José de Alencar foi, segundo Wilson Martins (Vol. III, p. 536), o primeiro a publicar um romance realista no Brasil (Exhomem, 1877, inacabado). Em verdade, Alencar poderia ser chamado de "paladino" da causa da identidade nacional, baseada no que chamou de "dialeto brasileiro", que queria nitidamente diferente da língua portuguesa. Esta questão será abordada de forma também eminentemente política, como se verá adiante.

Assim, tendo sempre optado por reproduzir realisticamente em seus romances o falar brasileiro, pouco a pouco o autor cearense vê-se obrigado a defender publicamente sua opção. No prefácio a *Sonhos d'Ouro* (p. 9-11), por exemplo, ele justifica anedoticamente o porquê dessa língua autônoma:

a manga, da primeira vez que a prova, acha-lhe o estrangeiro gosto de terebentina; depois de habituado, regala-se com o sabor delicioso. (...) O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?

Dessa maneira, o processo de emancipação cultural encontrou na língua um instrumento privilegiado de luta política, na qual Alencar tem papel de destaque, não só pelo exemplo concreto fornecido por seus romances, como, e sobretudo, pelo engajamento explícito que teve nas querelas e polêmicas que se seguiram com escritores portugueses, sobretudo José Feliciano de Castilho.

Até sua morte, o romancista vai utilizar em sua obra a língua portuguesa naquela modalidade que chamou de "dialeto brasileiro", cuja existência nem ele próprio consegue muito bem sustentar "cientificamente". No entanto, continua tentando, exaustivamente, explicá-lo e legitimá-lo ao longo de inúmeros prefácios, posfácios, artigos de jornais e revistas e em sua correspondência particular: "entend(o) que sendo a língua instrumento do espírito, não pode ficar estacionária quando este se desenvolve" (p. 69-70), diz ele no pós-escrito à segunda edição de *Diva* (1865). Língua e nacionalismo são os temas ali abordados, sendo o autor enfático ao expor sua idéia de que a cada povo corresponde uma maneira própria de ser e de falar. Ignorá-lo, pensa ele, seria ignorar a História; seria desprezar a evidência do progresso e da diferenciação existentes em cada povo; seria - e isto é o mais grave - distanciar-se do público que o lê.

Para dar compreensibilidade a esse "dialeto brasileiro", eivado de tupi, do qual é o falante número um, Alencar chega ao extremo de ter de recorrer ao verdadeiro palimpsesto ideológico que são as notas de pé de página de sua obra-prima, *Iracema*, "traduzindo" para o português várias palavras do poema em prosa. No posfácio à segunda edição desse romance (1870), o polemista afirma que:

quando povos de uma raça habitam a mesma região, a independência política só por si forma sua individualidade. Mas se esses povos vivem em continentes distintos, sob climas diferentes, não se rompem unicamente os vínculos políticos, opera-se, também, a separação nas idéias, nos sentimentos, nos costumes e, portanto, na língua, que é a expressão desses fatos morais e sociais (p. 75).

Alencar tinha, portanto, perfeita consciência de dois fatos: 1) o de que a língua era instrumento ideológico, e 2) o de que os brasileiros deveriam usá-lo em seu projeto de autocriação histórico-literária, política e cultural. Esse processo diferenciador, que visava a uma lusofonia e a uma lusografia brasileiras, foi profundamente nacionalista e necessariamente proposital. Assim, não é possível, no Brasil pós-Independência, deixar de mencionar o uso da língua como arma ideológica a serviço de uma "lusofobia emancipatória", da qual José de Alencar é figura proeminente. Sua contribuição à confecção da grande carta-Brasil/literário foi, então, a introdução da noção de Pátria aliada à da Língua numa mesma equação.

No entanto, não seria justo ignorar que quem lançou as bases para essa discussão foi ainda o nosso Visconde de Araguaia. Diz ele no "Ensaio" (p. 147):

existe no homem um instinto oculto, que, em despeito dos cálculos da educação, o dirige; e de tal modo este instinto aguilha o homem, que em seus atos imprime um certo caráter de necessidade, a que chamamos ordem, ou natureza das coisas. O homem colocado diante de um vasto mar, ou no cume de uma alta montanha, ou no meio de uma virgem e emaranhada floresta, certo, não poderá ter os mesmos pensamentos, as mesmas inspirações, como se ele assistisse aos olímpicos jogos, ou na pacífica Arcádia habitasse.

Impossível não nos lembrarmos do "povo que chupa o caju", de Alencar. Dessa maneira, embora eivado de sentimento de religiosidade, basicamente, Magalhães descreve o mesmo "instinto de nacionalidade" - conceito essencialmente político-ideológico - de que falará Machado quase quarenta anos depois. Este «instinto» seria um dos principais elementos do DNA literário brasileiro e peça-chave no mapa de nossa identidade cultural.

Voltando ao futuro, no 1873 de Machado, o processo histórico de formação da literatura brasileira já está, senão completamente, pelo menos praticamente terminado. Para isto um outro garimpeiro, o terceiro autor e formador de opinião estudado neste trabalho, contribuiu tanto ou mais que o colega e rival cearense. Falo de Joaquim Manuel de Macedo, a meu ver o responsável pelos principais textos-carta formadores do mapa final da História da Cultura e da Literatura Brasileiras.

Tenho-me dedicado ao estudo desse intelectual extraordinário, com vários estudos publicados sobre seu papel no Brasil entre 1844 - A Moreninha -, e 1880 - Suplemento ao Ano Biográfico Brasileiro. O estudo (ainda inacabado) de suas obras de referência[3] - as únicas com as quais trabalharei, a seguir, neste artigo - e das não ficcionais[4] aponta, insistentemente, para a intenção de proceder ao que chamei de uma taxionomia da História e da cultura do Brasil. Por outro lado, ao mesmo tempo em que inventaria, o Dr. Macedinho também contextualiza ideologicamente o II Reinado, do qual vem a tornar-se representante oficial.

Professor de História do Colégio Pedro II, na corte do Rio de Janeiro, a primeira obra de referência que publica é justamente um manual de História do Brasil para uso dos alunos daquele estabelecimento de ensino, já que não havia NENHUM escrito após a Independência. Assim, o Lições de História do Brasil será não apenas o primeiro texto referencial básico do Império, como também, nas palavras de Wilson Martins, "nossa

consciência da história brasileira. (...) Ele fez, em larga medida, a história do Brasil, pois a sua ficou sendo, afinal de contas, desde então, a nossa própria visão da história pátria" (Vol. III, p. 132). Esse Lições, que continuará adotado no ensino público brasileiro até a segunda década do século XX, será uma das principais células formadoras do DNA cultural brasileiro anteriormente mencionado.

Já o Noções de Corografia do Brasil, publicado no mesmo ano que o "Instinto de Nacionalidade", é o texto referencial que introduz o Dr. Macedinho como representante oficial da monarquia[5]. Se o "manifesto" de Machado representaria o necrológio do Romantismo, que ainda estertora até morrer "oficialmente" com a publicação das Memórias Póstumas de Brás Cubas, o relatório de Macedo, encomendado pelo também estertorante governo monárquico, a fim de louvá-lo diante do "estrangeiro", é quase a crônica da morte anunciada da monarquia, que ainda consegue sobreviver por mais dezesseis anos.

Por mais de quarenta anos o autor d'A Moreninha preencheu com todo tipo de obra o espaço histórico-literário deixado vago por Magalhães. Tanto ele quanto Alencar – e outros que não se citará aqui, naturalmente –, trabalhavam no sentido de formar um corpus literário brasileiro. Contudo, na década de (18)70 o professor de história e doublé de escritor (ou vice-versa) trabalharia - ideologicamente, sem dúvida - mais em função de poder evidenciar uma paideia brasileira. Isto ele o consegue no Noções de Corografia do Brasil, em que firma as bases de uma mitografia brasileira e, o que é mais importante, lança a semente da idéia de que o Brasil poderia vir a ser um V Império.

Antônio Soares Amora, em O Romantismo, comentando as entrelinhas do trabalho do escritor fluminense, diz que

o relatório de Macedo, coordenado e redigido em 1872-1873, isto é, quase ao fim de uma época que foi, ao mesmo tempo, a do Brasil do Romantismo e a da construção dos alicerces da nova nacionalidade, não nos permite apenas repor na consciência uma perspectiva romântica da realidade nacional; permite-nos, sobretudo, sentir que, para os brasileiros que viveram o Brasil romântico e em processo de gestação nacional, a realidade da jovem e promissora pátria se consubstanciava numas tantas verdades (ou 'mitos', diríamos hoje) (...), que tinham de ser conscientizados por todos, pois só assim se definiria e se avigoraria o sentimento patriótico.

Dos 'mitos' nacionais do Brasil romântico explícitos no relatório do romancista d'A Moreninha, creio que pelo menos oito merecem particular referência, pois que foram os mais atuantes na consciência coletiva do País e os de mais flagrante expressão na literatura (p. 35).

Se com o Noções de Corografia Macedo lança as bases de uma mitografia brasileira, com Ano Biográfico Brasileiro e Efemérida Histórica do Brasil ele traça um panorama da história cultural do País e, ao mesmo tempo, consolida um cânone literário, a saber, o do ultra-Romantismo. Este cânone, segundo o garimpeiro de Itaboraí, teria uma paternidade específica – brasileira - e uma trajetória própria – brasileira -, embora fizesse parte da tradição que nos vinha desde a época da colônia. O grande mapa de nosso DNA

cultural aparece cada vez mais claramente, com a contribuição para a nitidez das fronteiras dada pelo Dr. Macedinho.

Na realidade, já desde a Independência, vários outros intelectuais vinham tentando mapear a trajetória da "brasildade", da singularidade que haveria em nossa literatura desde o século XVI. Em verdade, garimpava-se a tradição que pudesse já envolver uma identidade cultural autóctone: esta era a mina de ouro que só seria devidamente mapeada pelos românticos (sobretudo, parece-me, pelos três autores aqui escolhidos para exemplificar aquele momento histórico-literário), sistema retomado e reformado por Machado. Todos buscavam identificar e isolar o «instinto»: o DNA brasileiro que haveria em cada autor/obra do passado.

É forçoso reconhecer que, mais uma vez, e espécie de líder dentre eles, foi ainda Gonçalves de Magalhães no "Ensaio" quem lançou o mote que vai possibilitar o mapeamento de nomes e obras formadores de uma tradição literária brasileira:

não que pretendamos que a esmo se louve tudo que nos pertence, só porque nos pertence (...). Mas porventura vós, que consumistes vossa mocidade no estudo dos clássicos latinos ou gregos, vós que ledes Voltaire, Racine, Camões ou Filinto, e não cessais de admirá-los muitas vezes mais por imitação que por própria crítica, apreciáis vós as belezas naturais de um Santa Rita Durão, de um Basílio da Gama, de um Caldas? (...)

Toca ao nosso século restaurar as ruínas e reparar os erros dos passados séculos. Cada Nação livre reconhece hoje (...) a necessidade de marchar. (...) Se o futuro só pode sair do presente, a grandeza daquele se medirá pela deste. O Povo que se olvida a si mesmo, que ignora o seu passado, como o seu presente, como tudo o que em si se passa, esse povo ficará como na imobilidade (...) (p. 144-145, grifos meus).

Em resposta ao mote/desafio de quase trinta anos antes, replica Macedo, irrevogavelmente politizando o estudo da paideia brasileira:

quem não enxergar nos poemas do Uruguai, do Caramuru e depois no da Assunção do frei S. Carlos e nas obras de Valentim, de Xavier das Conchas e de outros artistas a independência do Brasil, que no fim de alguns lustros passou dos cantos dos poetas e dos quadros e trabalhos da arte para os clubs dos políticos, não enxerga a luz da verdade e a origem dos fatos (Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro. BH/RJ: Garnier, 1991, p. 64).

E, como que para fechar o ciclo do desafio, treplica o derradeiro garimpeiro do século XIX estudado neste trabalho, nosso Machado no «Instinto de Nacionalidade»:

quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. (...) As tradições de Gonçalves Dias, Porto Alegre e Magalhães são assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda agora madruga, como aqueles

continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão. (...) Esta outra independência não tem 7 de setembro nem Campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo (p. 801, grifos meus).

Como se vê, Machado, herdeiro e tributário das pesquisas e aportes dos românticos, atualiza o mapeamento do DNA literário brasileiro. O fato de listar Magalhães é emblemático, pois que legitima o papel desbravador do Visconde "bandeirante" e cria uma linhagem familiar, uma árvore genealógica literária. É a tradição de que trata Curtius sendo estabelecida; é o processo de busca de uma identidade nacional vindo encerrada uma etapa fundamental: a da afirmação de sua própria existência. É a paidéia brasileira, desvendada por Macedo, sendo utilizada como instrumento de trabalho; é, em última análise, a consolidação de uma História da Literatura Brasileira, antes de Sílvio Romero.

Contudo, quando proclama nossa "outra independência", Machado de Assis não encerra apenas uma etapa histórico-literária e ideológica. Ele sepulta, por um lado, o reino da função encantatória no Romantismo brasileiro, e, por outro lado, lança a proposta de trabalho - francamente otimista - de um novo período, a qual projeta na idéia, interessantíssima, do que se poderia ousar chamar de uma espécie de "Renascimento" brasileiro, em que a tradição tem tanto destaque quanto a contemporaneidade:

feitas as exceções devidas, não se lêem muito os clássicos no Brasil. Entre as exceções poderia eu citar até alguns escritores cuja opinião é diversa da minha neste ponto, mas que sabem perfeitamente os clássicos. Em geral, porém, não se lêem, o que é um mal. Escrever como Azurara ou Fernão Mendes seria hoje um anacronismo insuportável. Cada tempo tem o seu estilo. Mas estudar-lhes as formas mais apuradas da linguagem, desentranhar deles mil riquezas, que, à força de velhas se fazem novas, - não me parece que se deva desprezar. Nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum (p. 809, grifos meus).

Para não fugir do assunto deste trabalho, não se fará uma análise aprofundada do ensaio crítico do autor de Dom Casmurro. No entanto, é necessário dizer que nele Machado vai revidar - e encerrar - quase todas as grandes questões formadoras que dominaram o Romantismo, sobretudo as que envolveram os três autores aqui estudados. Conforme já observei antes, esse texto marca extra-oficialmente a morte do Romantismo. Nele, o crítico, intuitivamente, pelo que me parece, escolhe as principais coordenadas «geográfico-literárias» antes estabelecidas e reforma-as, como veremos mais adiante. E mais: ele propõe, sub-repticiamente, as novas regras que serão a norma durante a nova escola que se está iniciando.

Assim, Machado de Assis lança as premissas para um novo movimento, a saber: 1a) a recriação do conceito do "instinto de nacionalidade", mote lançado, como vimos, em 1836, e que seria intrínseco ao escritor brasileiro; 2a) o estudo das tradições clássicas aplicado a uma literatura na qual seria revivida a 3a) premissa, i.e.: a pureza da língua.

Infelizmente, por ser o único que teria estatura suficiente para representar um "Renascimento" na literatura brasileira, esse novo movimento concretizar-se-á «apenas» como Realismo-Naturalismo-Parnasianismo. A «outra Independência» fica aquém do esperado...

Conseqüentemente, Machado de Assis responde ao "Ensaio" de Magalhães, por exemplo, mostrando que a questão da identidade literária brasileira – fulcro de debates intensos durante o Romantismo - não deveria mais ser sujeito de discussão, pois que já estaríamos com uma tradição formada. Esta tradição vir-nos-ia de Santa Rita Durão e Basílio da Gama, passando por Gonçalves Dias e o próprio Magalhães –que entra assim, em vida, para a História da Literatura Brasileira -, até chegar à geração da "recente escola", prometendo um belo futuro às letras pátrias: "boa e fecunda terra, já deu frutos excelentes e os há de dar em muito maior escala" (p. 806).

Com respeito à polêmica sobre a existência de uma "língua brasileira", tão cara a Alencar, a crítica do ensaísta é contundente. Afirma ele que

entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem. Não é raro ver intercalados em bom estilo os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se junta o da excessiva influência da língua francesa. (...) Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. (...)

Mas se isto é um fato incontestável, e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma. A influência popular tem um limite (...). (O escritor) exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão (p. 809).

Finalmente, em resposta à proposta do cânone ultra-romântico, introduzida por Macedo, receita a droga amarga de uma crítica séria, que ajudasse a formar sadiamente a futura poesia brasileira. Em verdade, o que ele propõe é o uso de novas regras – com o sinal contrário às anteriores - para que se pudesse ler bem a grande carta. Acaba por instituir o cânone que deveria suceder ao anterior. Assim, um a um, os mourões que delimitavam as fronteiras de nossa história literária são reformados, sem que, contudo, o território da «brasilidade» seja modificado. Diz ele:

há também uma parte da poesia que, justamente preocupada com a cor local, cai muitas vezes numa funesta ilusão. (...) Os defeitos que resumidamente aponto não os tenho por incorrigíveis; a crítica os emendaria; na falta dela, o tempo se incumbirá de trazer às vocações as melhores leis. Com as boas qualidades que cada um pode reconhecer na recente escola de que falo, basta a ação do tempo, e se entretanto aparecesse uma grande vocação poética, que se fizesse reformadora, é fora de dúvida que os bons elementos entrariam em melhor caminho, e à

poesia nacional restariam as tradições do período romântico (p. 807-808, grifos meus).

Como se pôde intuir, seria possível dizer que a proposta intrínseca de Machado nesse texto seria semelhante à que está na base do trabalho de Ernst Curtius. Assim como o filólogo alemão quis incluir seu país em uma árvore genealógica cultural antiga, e deste fato tirar o apaziguamento psicológico que traz a identificação de uma paternidade perdida, o brasileiro quis ver a literatura brasileira integrada à tradição luso-latina, em que a história dessa literatura em língua portuguesa pudesse - e orgulhosamente - evidenciar o DNA de nossa herança comum. Ou seja: propôs uma carta, ou um novo conjunto ou sistema, que abrangia a evolução histórico-literária desde as origens, em substituição ao de Magalhães. Com este objetivo, retomou as principais descobertas dos românticos e «reformou-as» para seu momento histórico.

Apenas uma última observação ainda se impõe antes da conclusão deste trabalho: embora Machado de Assis tenha demolido o cânone ultra-romântico proposto por Joaquim Manuel de Macedo, parece também possível dizer, após o estudo comparativo empreendido, que este e aquele aproximar-se-iam ideologicamente. Onde Macedo lança as premissas para a existência de um V Império, Machado lança-as pensando num "Renascimento" cultural, em que a tradição, aliada às novidades da terra brasílica, formariam uma nova e pujante cultura. Assim como a miscigenação das raças propiciaria um fortalecimento genético, a literatura brasileira seria o trampolim para um Renascimento cultural na América Portuguesa, assegurando-nos um futuro certamente otimista. Dessa maneira, os dois intelectuais completar-se-iam, unindo o conceito político e o literário da realidade brasileira. Em verdade, jovens universitários que hoje me possam estar lendo, esse futuro ainda está aí para ser construído.

O assunto é deveras fascinante, mas urge concluir. Em primeiro lugar, não deve restar dúvida sobre o término do trabalho monumental de cartografia, de delineamento de fronteiras que empreendeu a intelligentsia do Romantismo, reformado em 1873 por Machado. Quando o país torna-se República, em 1889, o cânone oficial já era o do Realismo-Naturalismo-Parnasianismo, e não se discutia mais se tínhamos ou não uma identidade cultural própria - ela fora indubitavelmente sistematizada por aqueles intelectuais e usada como instrumento de trabalho pela geração pós-1881. Em 1897, quando o mesmo Machado funda a Academia Brasileira de Letras, o ciclo do eterno retorno em história literária já havia posto a "recente escola" no poder, onde permaneceria pelo menos até 1922, quando uma nova fase de dissecação da própria identidade começa. Mas esta já é outra história.

Se cabe ao historiador da literatura fazer, não só o balanço dessa identidade, como também propostas para um planejamento cultural, visando a metas e rumos otimistas para o futuro, então agora seria o momento perfeito, neste começo de terceiro milênio, para dar continuidade ao trabalho de cartografia iniciado pelos desbravadores românticos e continuado por Machado de Assis.

Assim, seria talvez oportuno, aproveitando este fórum de discussões, propor um plano de trabalho para a Universidade brasileira: baseados no mapeamento do "DNA" anteriormente garimpado, poderíamos estabelecer um "projeto GENOMA" da literatura brasileira, tendo em vista que, daqui a mais quinhentos anos, quando o país tiver finalmente

atingido a idade adulta, serão sobre essas cartas que os futuros brasileiros poderão estudar os primórdios de nossa formação cultural e literária.

Talvez, insisto antes de concluir, seja necessário que o papel da intelligentsia no novo milênio seja não apenas o trabalho de cartografia, mas também, e sobretudo, o de realizar uma reflexão ontológica sobre a realidade nacional, literária ou não, a fim de poder aperfeiçoar técnicas de planejamento.

Enfim concluindo, gostaria de lançar, como reflexão para o futuro, a tarefa que talvez devêssemos ter como objetivo precípua de nossas universidades: a de planejar um projeto otimista para a literatura brasileira nos moldes do de Machado, e tentar - quem sabe? - forjar um renascimento cultural para o país, baseado numa sólida tradição humanista. Os românticos desbravaram o caminho; os realistas pavimentaram-no; caberia à nova geração reformá-lo. Machado de Assis indicou o mapa da mina - vamos reescrever a "outra independência"?

BIBLIOGRAFIA

- Amora, Antônio Soares. *A Literatura Brasileira. O Romantismo*. SP: Cultrix, 1977. 5a ed.
- Carpeaux, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. RJ: Alhambra, 1987. Vol V.
- Curtius, Ernst Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. SP: HUCITEC/EdUSP, 1996.
- Gonçalves de Magalhães, Domingos José. "Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil". in *Niterói - Revista Brasiliense*. Paris: 1836.
- Löwy, Michael e Robert Sayre. *Romantismo e Política*. RJ: Paz e Terra, 1993.
- Machado de Assis, J. M. "Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade". in *Obra Completa*. RJ: Aguilar, 1962. Vol. III.
- Martins, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. SP: Cultrix/USP, 1977.
- Moreira, Maria Eunice. "Um Devoto do Brasil. Gonçalves de Magalhães e a História da Literatura Brasileira". Porto Alegre: PUCRS, 1999. in mimeo.
- Serra, Tania R. C. "Utopia e Hegemonia no Indianismo". in *Cerrados, Revista do Curso de Pós-Graduação em Literatura da UnB*. Número 5, Ano 5, 1996.
- - - Joaquim Manuel de Macedo ou os Dois Macedos. *A Luneta Mágica do II Reinado*. RJ: FBN/DNL, 1994.
- Simosen, Peter. "Four Studies in (the Period Formely Known and Recently Rediscovered as) Romanticism". in *Literary Research/Recherche Littéraire*. Londres, Canadá: AILC, University of Western Ontario, Vol. 16, no 32, outono-inverno, 1999.

ABSTRACT

"O Mapeamento do 'DNA' Literário Brasileiro e a Outra Independência". Este trabalho quer apresentar o Romantismo (1836-1880-1) como fulcro da discussão sobre a questão da identidade cultural no século XIX. Com este propósito, mostrar-se-á que a intelligentsia romântica garimpou um "DNA" literário brasileiro, matéria prima dessa identidade. Este DNA serviu para mostrar para brasileiros e estrangeiros a "brasilidade" de nossa literatura e sua História. Foi um trabalho fundamentalmente político-ideológico. Após uma contextualização teórica do período estudado, de um ponto de vista diacrônico, examinar-se-á desde o "Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil", de Gonçalves de

Magalhães, passando pelos prefácios de Alencar, até algumas obras não-ficcionais de Joaquim Manuel de Macedo, a fim de evidenciar a hipótese inicial.

Por fim, mostrar-se-á que o texto de Machado - "Notícia da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade" - é uma espécie de necrológio ao movimento romântico. Dele extraindo as principais idéias e comparando-as com as dos três autores anteriormente vistos, veremos que essas idéias são rebatidas e "enterradas" no texto machadiano, que propõe, do mesmo golpe, um possível "Renascimento" literário - nossa "outra Independência" -, duplamente alicerçado na tradição clássica e na "brasilidade" do DNA garimpado pelos românticos.

NOTAS

[1] "O Ano Biográfico Brasileiro, de J. M. de Macedo, como uma Leitura da História da Literatura". Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS. I Seminário Internacional de História da Literatura. Porto Alegre: Vol. 3, no 1, abril 1997; e "A Oficialização do Cânone Literário no Ano Biográfico Brasileiro". Revista Cerrados. Brasília: UnB, no 8, ano 7, 1998.

[2] O conjunto de características temáticas, lingüísticas, etc, que marcam a singularidade "genética", visceral, entre duas literaturas quaisquer. A organização "química" que define a nacionalidade de uma obra.

[3] Lições de História do Brasil (1861-63), Noções de Corografia do Brasil (1873), Ano Biográfico Brasileiro (1876-1880) e Efemérida Histórica do Brasil (1877).

[4] Um Passeio pelo Cidade do Rio de Janeiro (1862-63) e Memórias da Rua do Ouvidor (1878).

[5] Vide Serra, Tania. Joaquim Manuel de Macedo ou os Dois Macedos. A Luneta Mágica do II Reinado.